

Alckmin retém aumento de bônus para servidores

Decreto integra série de medidas de contenção de gastos adotadas pelo governo tucano neste ano; petistas prometem protestos na Assembleia

Pedro Venceslau
Ricardo Chapola

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), suspendeu o aumento de prêmios, bônus e participação em lucros e resultados a todos os servidores públicos estaduais para o ano de 2015.

A decisão, tomada por meio de um decreto publicado na edição de 26 de fevereiro do *Diário Oficial*, não abrange bonificações estabelecidas em lei, como as de professores e policiais, e atinge

principalmente procuradores do Estado e agentes fiscais da renda.

“No exercício de 2015, fica suspensa a possibilidade de ajuste porcentual, valor, índice, ou quantidade que altere o valor de vantagens pecuniárias de qualquer natureza e resulte em aumento de despesas com pessoal e encargos sociais exceto aquelas decorrentes de vantagens por tempo de serviço ou evolução funcional”, diz o texto.

No decreto, o governo justificou que “despesas com pessoal e encargos sociais tem peso signifi-

ficativo no orçamento do Estado” e fala em “deterioração do cenário econômico nacional”.

A decisão veio na esteira do maior contingenciamento do governo desde 2007 (*mais informações no texto abaixo*). Casos excepcionais serão analisados pelo secretário de Governo, Saulo de Castro.

Para tentar desgastar politicamente o governador tucano, a bancada do PT na Assembleia Legislativa soltou uma nota oficial afirmando que Alckmin vai deixar servidores sem reajuste

salarial em 2015. “Os servidores nem sequer terão direito à reposição da inflação do período, entre 6% e 7%”, diz o texto da oposição. Mais tarde, assessores da legenda reconheceram o erro.

O professor de Direito Administrativo da Universidade de São Paulo (USP) Guilherme Justino de Oliveira explica que a Constituição obriga que o governador cumpra com a lei de revisão geral anual dos salários.

“A revisão é um direito constitucional. Faz recomposição dos vencimentos, em virtude das perdas pela inflação e outros eventos que impliquem em achatamento dos vencimentos”, afirmou o especialista ao *Estado*. Questionado pela reportagem, o assessoria de Planejamento e Gestão do governo afirmou que as negociações de reajuste com as categorias ocorrerão “normalmente”, como em todos os anos.

Ofensiva. A ideia do PT, porém, é articular uma ofensiva dos movimentos sociais organizados, es-

● Despesas
“No exercício de 2015, fica suspensa a possibilidade de ajuste porcentual, valor, índice, ou quantidade que altere o valor de vantagens pecuniárias de qualquer natureza e resulte em aumento de despesas com pessoal e encargos sociais exceto aquelas decorrentes de vantagens por tempo de serviço ou evolução funcional”

DECRETO PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL EM 26 DE FEVEREIRO

pecialmente dos sindicatos ligados à legenda, como a Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), entidade filiada à CUT. Reservadamente, líderes do PT falam em “fazer uma guerrilha” contra os tucanos e também em travar a pauta na Assembleia Legislativa de São Paulo. O partido convidou funcioná-

rios ligados a duas fundações que o governador pretende extinguir para conter gastos – Fundação Prefeito Faria Lima (Cepam) e Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) – para acompanhar hoje as sessões nas galerias da Assembleia. Segundo os deputados estaduais petistas, a estratégia é obstruir as votações.

Folha enxuta. Alckmin propôs a extinção das duas fundações em outro decreto publicado na semana passada. No mesmo texto, o governador também anunciou um corte de 1.200 cargos comissionados, o que equivale a 15% do total da gestão. As iniciativas fazem parte de pacote de ajuste fiscal. Todas as pastas terão que cortar 10% de seus gastos de custeio. Educação, Saúde, Segurança e Administração Penitenciária cortarão 5% dos gastos. Um dia depois do anúncio, Alckmin afirmou que o corte de custeio foi definido por “cautela” diante do atual cenário.

AQUI TEM
CONFIANÇA.

Onde tem Friboi, tem confiança.
Onde tem Friboi, tem carne com garantia de origem e rigoroso controle de qualidade.
A carne para servir em seu restaurante.

Veja mais em:
friboi.com.br/campanhas



Friboi
CARNE CONFIÁVEL TEM NOME.

LEVAR A TÁBUA

Ajuste em contas afeta áreas sensíveis do Estado

Contingenciamento do governo atinge Fundeb, setores de transporte, saúde, precatórios, no total de R\$ 6,6 bilhões

O contingenciamento orçamentário determinado pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), neste ano de 2015 atingiu áreas sensíveis do governo, além de afetar obras importantes na área de transportes, como o Rodoanel Norte e o Metrô, conforme revelou o *Estado* no domingo. Entre as secretarias mais afetadas estão, além da de Transportes, as de Saúde, Educação e Recursos Hídricos.

A ação mais atingida pelo congelamento de recursos é a contribuição do Estado ao Fundo

de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). O impacto será da ordem de R\$ 470 milhões.

Apesar do congelamento, o Palácio dos Bandeirantes garante que os repasses do fundo continuarão a ser feitos normalmente. Segundo o governo, o contingenciamento do Fundeb é consequência da desaceleração econômica em 2015.

“O valor orçado tinha como base uma previsão de arrecadação feita em 2014, num momento em que o cenário econômico era totalmente diferente. De todo modo, os pagamentos estão em dia e assim continuarão, por óbvio, uma vez que trata-se de obrigação legal. Se for necessário, recursos para essa ação serão descontingenciados”, garantiu, em nota, o governo.

Alckmin também suspendeu R\$ 382 milhões do atendimento laboratorial e hospitalar promovido por organizações sociais credenciadas pelo Estado.

Segundo o levantamento, apesar da crise hídrica, as ações administradas pela Secretaria de Recursos Hídricos também sofrerão com a crise nas finanças estaduais. A pasta está na linha de frente do gerenciamento da crise que afeta São Paulo

● Resposta
“Os pagamentos estão em dia e assim continuarão. Se for necessário, recursos para essa ação (Fundeb) serão descontingenciados”
Governo de São Paulo
EM NOTA OFICIAL

desde o ano passado. Por isso, o congelamento de investimentos, em torno de R\$ 116,3 milhões, só envolve obras de combate a enchentes. Ou seja, não há congelamento nas obras contra o desabastecimento.

Precatórios. As informações extraídas do sistema orçamentário revelam ainda congelamento da verba reservada para o pagamento de precatórios – títulos de dívidas do poder público após ações judiciais. O valor contingenciado, segundo o levantamento realizado pela liderança do PT na Assembleia, será de R\$ 214,4 milhões.

Segundo a Secretaria Estadual de Planejamento – que confirma os números levantados pela oposição no Legislativo –, o contingenciamento de

R\$ 6,6 bilhões em recursos do orçamento para 2015 é uma medida necessária diante das previsões pessimistas para a economia brasileira neste ano. “A medida decretada pelo Governo do Estado está (...) motivada por um período de estagnação da economia do País e das incertezas com relação ao processo e à velocidade da recuperação neste ano que se inicia. Vide o esforço de ajuste fiscal e da economia que está sendo coordenado pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, nessa mesma direção”, diz a nota emitida pela secretaria.

Nacional. De acordo com o governo, a estagnação econômica nacional deve levar a uma queda de receitas fiscais e, portanto, à redução de gastos. Entre as razões alegadas pelo governo paulista estão a redução de 0,03% para 0% nas previsões de crescimento do Produto Inter-

● Cálculo
R\$ 470 mi
é o valor a ser contingenciado do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb)

R\$ 382 mi
é o valor a ser contingenciado do atendimento laboratorial e hospitalar de organizações sociais credenciadas

no Bruto (PIB) e estimativas de que a inflação ficará acima da meta de 6,5% ao ano. Para o governo, o contingenciamento não significa “corte” de gastos – se houver arrecadação suficiente, o dinheiro pode ser liberado.

Por isso, sustenta o governo estadual, serviços à população, programas e regiões não devem ser afetados.